

para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato, caso em que serão incluídos em passivos não correntes pelas quantias que se vencem para além deste prazo.

- Locações

Os contratos de locação são classificados ou como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação ou, caso contrário, como locações operacionais.

Os ativos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados de acordo com o ponto 9 - Locações das Entidades do Sector Não Lucrativo, reconhecendo o ativo fixo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes, conforme definido nas políticas anteriormente referidas para este tipo de ativo, e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro do contrato. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do ativo fixo tangível são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados durante o período do contrato de locação e de acordo com as obrigações a este inerentes.

- Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Empresa. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

Observou-se o disposto no ponto 10 - Rédito das Entidades do Sector Não Lucrativo, dado que o rédito só foi reconhecido por ter sido razoavelmente mensurável, é provável que se obtenham benefícios económicos futuros e todas as contingências relativas a uma venda tenham sido substancialmente resolvidas.

Os rendimentos dos serviços prestados são reconhecidos na data da prestação dos serviços ou se periódicos, no fim do período a que dizem respeito.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime da periodização económica, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade. Os dividendos são reconhecidos na rubrica "Outros ganhos e perdas líquidos" quando existe o direito de os receber.

- Subsídios

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Entidade cumpre com todos os requisitos para o receber.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento ativos fixos tangíveis e intangíveis, estão incluídos no item de "Outras variações nos capitais próprios". São transferidos numa base sistemática para resultados à medida em que decorrer o respetivo período de depreciação ou amortização.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados no período, pelo que são reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

5 - Ativos fixos tangíveis

5.1. Divulgações sobre ativos fixos tangíveis, conforme quadro seguinte:

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros AFT	AFT em curso	Adiantamentos AFT	TOTAL
Valor bruto no início		39.745,38	5.619,42				1.548,82			46.913,62
Depreciações acumuladas		3.974,54	3.409,27	1.045,58						8.429,39
Saldo no início do período		35.770,84	2.210,15	(1.045,58)			1.548,82			38.484,23
Variações do período				1.045,58			(1.045,58)			
Total de aumentos							1.045,58			8.429,39
Total diminuições		3.974,54	3.409,27				1.045,58			8.429,39
Depreciações do período		3.974,54	3.409,27							8.429,39
Outras transferências		3.974,54	3.409,27	1.045,58						8.429,39
Saldo no fim do período		35.770,84	2.210,15				503,24			38.484,23
Valor bruto no fim do período		39.745,38	5.619,42				1.548,82			46.913,62
Depreciações acumuladas no fim do período		3.974,54	3.409,27				1.045,58			8.429,39

Quadro comparativo:

9 - Inventários

9.1. Políticas contábilísticas adoptadas na mensuração dos inventários e fórmula de custeio usada

As mercadorias, matérias-primas subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao valor de realização, pelo que não se encontra registada qualquer perda por imparidade por depreciação de inventários.

9.2. Apuramento do custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas e outras informações sobre estas naturezas de inventários, conforme quadro seguinte:

Descrição	Mercadorias	Mat. Primas e Subsid.	Total Período	Mercadorias Per. Anterior	Mat. Prim. e Sub. Per. Anterior	Total Per. Anterior
APURAMENTO DO CUSTO DAS MERC. VENDIDAS E MAT. CONSUMIDAS						
Inventários iniciais						
Compras		1.999,78	1.999,78			
Reclassificação e regularização de inventários						
Inventários finais						
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas		1.999,78	1.999,78			
OUTRAS INFORMAÇÕES						

10 - Rédito

10.1. Políticas contábilísticas adoptadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adoptados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvem a prestação de serviços

10.2. Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período, conforme quadro seguinte:

Descrição	Valor Período
Prestação de serviços	10.798,27
Total	10.798,27

12 - Subsídios do Governo e apoios do Governo

12.1. Política contabilística adoptada para os subsídios do Governo, incluindo os métodos de apresentação adoptados nas demonstrações financeiras

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Entidade cumpre com todos os requisitos para o receber.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento ativos fixos tangíveis e intangíveis, estão incluídos no item de "Outras variações nos capitais próprios". são transferidos numa base sistemática para resultados à medida em que decorrer o respetivo período de depreciação ou amortização.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados no período, pelo que são reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

12.2. Natureza e extensão dos subsídios do Governo reconhecidos nas demonstrações financeiras e indicação de outras formas de apoio do Governo de que diretamente se beneficiou:

A Associação recebeu no ano de 2012 subsídios do governo através de diversas entidades, as quais tornaram possível a reabilitação do edifício e a inauguração da casa comunitária com uma série de actividades gratuitas de apoio à comunidade, bem como como várias actividades de carácter cultural e artístico para gentes de todas as origens e todas as idades.

As principais entidades financiadoras com fundos não reembolsáveis foram as que se encontram descritas no quadro seguinte, de acordo com os subsídios concedidos quer ao investimento quer à exploração.

Qren - Subsídio do ano de 2012 no total de 11963,67 €, para investimento o total de 1976,50 € e o remanescente para exploração.

Câmara Municipal de Lisboa - Subsídios no ano de 2011 e 2012 no total de 138.200,00 € dividido por 3 apoios, tendo um total ao investimento de 38.088,32 € e o remanescente para exploração. Durante o ano de 2013 será recebida ainda uma última tranche no total de 13.405,00 €.

Descrição	Do Estado - Valor Total	Do Estado - Valor Imputado Período	Outras Ent.- Valor Total	Outras Ent.- Valor Imputado Período
Subsídios ao investimento				
Para ativos fixos tangíveis				
Edifícios e outras construções	34.800,00	3.480,00		
Equipamento básico	5.264,82	3.210,53		
Para ativos intangíveis				
Para outras naturezas de ativos				
Subsídios à exploração				
Valor dos reembolsos efetuados no período				
De subsídios ao investimento				
De subsídios à exploração				
Total				

Quadro comparativo:

Descrição	Do Estado - Valor Total	Do Estado - Valor Imputado Período	Outras Ent.- Valor Total	Outras Ent.- Valor Imputado Período
Subsídios ao investimento				
Para ativos fixos tangíveis				
Para ativos intangíveis				
Para outras naturezas de ativos				
Subsídios à exploração				
Valor dos reembolsos efetuados no período				
De subsídios ao investimento				
De subsídios à exploração				
Total				

14 - Impostos e contribuições

14.1. Divulgação dos seguintes principais componentes de gasto de imposto sobre o rendimento:

Descrição	Valor Período
Resultado antes de impostos do período	17.372,42
Imposto corrente	30,54
Imposto diferido	
Imposto sobre o rendimento do período	30,54
Tributações autônomas	30,54
Taxa efetiva de imposto	0,17

14.3. Divulgações relacionadas com outros impostos e contribuições

Descrição	Saldo Devedor	Saldo Credor	Saldo Devedor Período Anterior	Saldo Credor Período Anterior
Imposto sobre o rendimento		30,54		30,54
Imposto estimado		30,54		30,54
Retenção de impostos sobre rendimentos		276,97		276,97
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)		897,34		897,34
Contribuições para a Segurança Social		210,74		210,74
Total		1.415,59		1.415,59

15 - Instrumentos financeiros

15.3. Categorias (naturezas) de ativos e passivos financeiros, perdas por imparidade, rendimentos e gastos associados, conforme quadro seguinte:

Descrição	Mensurados ao justo valor	Mensurados ao custo amortizado	Mensurados ao custo	Imparidade acumulada	Reconhecimento Inicial
Ativos financeiros:			4.040,06		
Cientes			200,00		
Outras contas a receber			3.840,06		
Passivos financeiros:			7.822,37		
Fornecedores			2.739,43		
Financiamentos obtidos			1.078,02		
Outras contas a pagar			4.004,92		
Ganhos e perdas líquidos:			16,59		
De passivos financeiros			16,59		
Rendimentos e gastos de juros:					

Quadro comparativo:

Descrição	Mensurados ao justo valor	Mensurados ao custo amortizado	Mensurados ao custo	Imparidade acumulada	Reconhecimento Inicial
Ativos financeiros:					
Passivos financeiros:					
Ganhos e perdas líquidos:					
Rendimentos e gastos de juros:					

16 - Benefícios dos empregados

16.1. Pessoal ao serviço da empresa e horas trabalhadas

Descrição	Nº Médio de Pessoas	Nº de Horas Trabalhadas	Nº Médio de Pessoas Per. Anterior	Nº de Horas Trabalhadas Per. Anterior
Pessoas ao serviço da empresa				
Pessoas remuneradas	2,00	90,56		
Pessoas não remuneradas				
Pessoas ao serviço da empresa por tipo horário				
Pessoas a tempo completo	2,00	90,56		
(das quais pessoas remuneradas)	2,00	90,56		
Pessoas na tempo parcial				
(das quais pessoas remuneradas)				
Pessoas ao serviço da empresa por sexo				
Masculino	1,00	60,00		
Feminino	1,00	30,56		
Pessoas ao serviço da empresa afetas a I&D				
Prestadores de serviços				
Pessos colocadas por agências de trabalho temporário				

16.2. Benefícios dos empregados e encargos da entidade

Descrição	Valor Período
Gastos com o pessoal	1.317,23
Remunerações do pessoal	1.104,17
Encargos sobre as remunerações	213,06

17 - Divulgações exigidas por diplomas legais

17.4. Outras divulgações exigidas por diplomas legais

- Impostos em mora

A Entidade apresenta a sua situação regularizada perante as Finanças, tendo liquidado as suas obrigações fiscais nos prazos legalmente estipulados.

A Entidade apresenta a sua situação regularizada perante a segurança social, tendo liquidado as suas obrigações fiscais nos prazos legalmente estipulados.

18 - Outras informações

18.1. Discriminação dos fornecimentos e serviços externos

Descrição	Valor Período
Subcontratos	5.366,18
Serviços especializados	48.807,42
Trabalhos especializados	1.596,82
Publicidade e propaganda	4.406,51
Vigilância e segurança	76,14
Honorários	41.172,37
Conservação e reparação	1.476,07
Outros	79,51
Materiais	5.960,57
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	1.857,36
Livros e documentação técnica	75,00
Material de escritório	1.698,01
Artigos para oferta	186,70
Outros	2.143,50
Energia e fluidos	686,91
Eletricidade	407,20
Combustíveis	135,43
Água	144,28
Deslocações, estadas e transportes	494,65
Deslocações e estadas	246,85
Transportes de mercadorias	247,80
Serviços diversos	2.533,46
Rendas e alugueres	632,86
Comunicação	759,34
Seguros	45,42
Contencioso e notariado	64,00
Despesas de representação	305,36
Limpeza, higiene e conforto	726,48
Total	63.849,19

18.2. Outras divulgações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados

20 - Apenas para IES - Fluxos de caixa

20.1. Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Caixa	33,51			33,51
Depósitos à ordem	27.769,70			27.769,70
Outros depósitos bancários				
Total	27.803,21			27.803,21

Quadro comparativo:

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Caixa				
Depósitos à ordem				
Outros depósitos bancários				
Total				

**Demonstração dos Resultados por Naturezas -
(modelo para ESNL) do período de 2012
montantes em - euros**

**ASSOCIAÇÃO RENOVAR A
MOURARIA**

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS
		2012
Vendas e serviços prestados	10	10.798,27
Subsídios, doações e legados à exploração	12	84.700,05
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	9	(1.999,78)
Fornecimentos e serviços externos		(63.849,19)
Gastos com o pessoal	16	(1.317,23)
Outros rendimentos e ganhos	10	6.708,77
Outros gastos e perdas		(9.239,08)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		25.801,81
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	(8.429,39)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		17.372,42
Resultado antes de impostos		17.372,42
Imposto sobre o rendimento do período	14	(30,54)
Resultado líquido do período		17.341,88

Administração / Gerência

Técnico Oficial de Contas Nº 11266

Aracely Ramos

RUBRICAS	NOTAS	DATAS
		2012
ATIVO		
Ativo não corrente		
Ativos fixos tangíveis	5	38.484,23
		38.484,23
Ativo corrente		
Clientes	15	200,00
Outras contas a receber	15	3.840,06
Caixa e depósitos bancários		27.803,21
		31.843,27
Total do ativo		70.327,50
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO		
Fundos patrimoniais	17	
Fundos	15	30.058,22
Outras variações nos fundos patrimoniais	12	13.689,44
Resultado líquido do período		17.341,88
Total do fundo de capital		61.089,54
Passivo		
Passivo não corrente		
Passivo corrente		
Fornecedores	15	2.739,43
Estado e outros entes públicos	14	1.415,59
Financiamentos obtidos	15	1.078,02
Outras contas a pagar	15;16	4.004,92
		9.237,96
Total do passivo		9.237,96
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		70.327,50

Administração / Gerência

Técnico Oficial de Contas Nº 11266

Arabela Simões

**Demonstração dos Fluxos de Caixa -
(modelo para ESNL) do período de 2012
montantes em - euros**

ASSOCIAÇÃO RENOVAR A MOURARIA

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODO
		2012
Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto		
Recebimentos de clientes		10.798,27
Pagamentos a fornecedores		63.832,28
Pagamentos ao pessoal	16	1.317,23
Caixa gerada pelas operações		(54.351,24)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		30,54
Outros recebimentos/pagamentos		47.691,57
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		(6.690,21)
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Recebimentos provenientes de:		
<i>Subsídios ao investimento</i>		6.690,53
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		6.690,53
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Pagamentos respeitantes a:		
<i>Juros e gastos similares</i>		0,32
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		(0,32)
Caixa e seus equivalentes no início do período		27.803,21
Caixa e seus equivalentes no fim do período		27.803,21

Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais do período de 2012
montantes em - euros

ASSOCIAÇÃO RENOVAR A MOURARIA

DESCRIÇÃO	NOTAS	Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados Transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado Líquido do Período	Total	Interesses minoritários	Total dos Fundos Patrimoniais
1 POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2012		30.058,22						13.689,44	17.341,88	61.089,54		61.089,54
2 ALTERAÇÕES NO PERÍODO												
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais									(17.341,88)	(17.341,88)		(17.341,88)
3 RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO									(17.341,88)	(17.341,88)		(17.341,88)
4 RESULTADO EXTENSIVO									17.341,88	17.341,88		17.341,88
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO												
Outras Operações		30.058,22								30.058,22		30.058,22
5 POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2012		30.058,22						13.689,44	17.341,88	61.089,54		61.089,54
6 6=1+2+3+5												

Administração / Gerência

Técnico Oficial de Contas Nº 11266

Arabela Sousa

Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais do período de 2012
montantes em - euros

ASSOCIAÇÃO RENOVAR A MOURARIA

DESCRÇÃO	NOTAS	Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados Transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado Líquido do Período	Total	Interesses minoritários	Total dos Fundos Patrimoniais
6 POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2012		30.058,22						13.689,44	17.341,88	61.089,54		61.089,54
7 ALTERAÇÕES NO PERÍODO Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais									(17.341,88)	(17.341,88)		(17.341,88)
8 RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO									(17.341,88)	(17.341,88)		(17.341,88)
9 RESULTADO EXTENSIVO 9=7+8									17.341,88	17.341,88		17.341,88
10 OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO Outras Operações		30.058,22								30.058,22		30.058,22
6+7+8+10 POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2012		30.058,22						13.689,44	17.341,88	61.089,54		61.089,54

Administração / Gerência

Técnico Oficial de Contas Nº 1.1266

Arabela Gomes

ANEXO
ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ASSOCIAÇÃO RENOVAR A MOURARIA

ANO : 2012

1 - Identificação da entidade

1.1. Dados de identificação

Designação da entidade: ASSOCIAÇÃO RENOVAR A MOURARIA
Sede social: BECO DO CASTELO, Nº 8 - 3º
Natureza da atividade: Outras atividades associativas, n.e.

2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Referencial contabilístico utilizado

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com todas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), as quais contemplam as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas e as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF). Mais especificamente foram utilizadas as Entidades do Sector Não Lucrativo (ESNL).

Na preparação das demonstrações financeiras tomou-se como base os seguintes pressupostos:

- Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade, os quais são mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

- Regime da periodização económica (acréscimo)

A Entidade reconhece os rendimentos e ganhos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidos ou liquidados são reconhecidas em "Devedores por acréscimos de rendimento"; por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagos ou liquidados são reconhecidas "Credores por acréscimos de gastos".

- Materialidade e agregação

As linhas de itens que não sejam materialmente relevantes são agregadas a outros itens das demonstrações financeiras. A Entidade não definiu qualquer critério de materialidade para efeito de apresentação das demonstrações financeiras.

- Compensação

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos vice-versa.

- Comparabilidade

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adoptados a segunda-feira, 31 de Dezembro de 2012 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31-12-2012.

2.3. Contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior

A entidade existe desde Março de 2008 no entanto só a partir de Janeiro de 2012 começou a ter contabilidade organizada de acordo com o SNC para a entidade do sector não lucrativo. Por essa razão as contas do balanço e demonstração de resultados não têm valores comparativos referentes a anos anteriores.

3 - Principais políticas contabilísticas

3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As principais bases de reconhecimento e mensuração utilizadas foram as seguintes:

- Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras. Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

- Moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em euro, constituindo esta a funcional e de apresentação. Neste sentido, os saldos em aberto e as transações em moeda estrangeira foram transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio em vigor à data de fecho para os saldos em aberto e à data da transação para as operações realizadas.

Os ganhos ou perdas de natureza cambial daqui decorrentes são reconhecidos na demonstração dos resultados no item de "Juros e rendimentos similares obtidos" se favoráveis ou "Juros e gastos similares suportados" se desfavoráveis, quando relacionados com financiamentos obtidos/concedidos ou em "Outros rendimentos e ganhos" se favoráveis e "Outros gastos ou perdas" se desfavoráveis, para todos os outros saldos e transações.

- Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada classe de ativos. Não foram apuradas depreciações por componentes.

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem. As beneficiações relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros são capitalizadas no item de ativos fixos tangíveis.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção/instalação, são integrados no item de "ativos fixos tangíveis" e mensurados ao custo de aquisição. Estes bens não forem depreciados enquanto tal, por não se encontrarem em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico que estiver reconhecido na data de alienação do ativo, sendo registadas na demonstração dos resultados no itens "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas", consoante se trate de mais ou menos valias, respetivamente.

- Ativos intangíveis

À semelhança dos ativos fixos tangíveis, os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Observa-se o disposto na respetiva NCRF, na medida em que só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros, sejam controláveis e se possa medir razoavelmente o seu valor.

Os gastos com investigação são reconhecidas na demonstração dos resultados quando incorridas. Os gastos de desenvolvimento são capitalizadas, quando se demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização ou uso e para as quais seja provável que o ativo criado venha a gerar benefícios económicos futuros. Quando não se cumprirem estes requisitos, são registadas como gasto do período em que são incorridos.

As amortizações de ativos intangíveis com vidas úteis definidas são calculadas, após o início de utilização, pelo método da linha reta em conformidade com o respetivo período de vida útil estimado, ou de acordo com os períodos de vigência dos contratos que os estabelecem.

Nos casos de ativos intangíveis, sem vida útil definida, não são calculadas amortizações, sendo o seu valor objeto de testes de imparidade numa base anual.

- Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros em subsidiárias e empresas associadas consideradas estas últimas como aquelas onde exerce alguma influência sobre as políticas e decisões financeiras e operacionais (participações compreendidas entre 20% a 50% do capital de da participada - influência significativa), são registados pelo método do custo.

De acordo com este método, as participações financeiras são inicialmente registadas pelo seu custo de aquisição, sendo subsequentemente ajustadas por perdas por imparidade. Os dividendos recebidos e as coberturas de prejuízos efetuadas são registadas diretamente em rendimentos e gastos, respetivamente.

Quando a proporção da Empresa nos prejuízos acumulados da empresa associada ou participadas excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é reportado por valor nulo enquanto o capital próprio da empresa associada não for positivo, excepto quando a Empresa tenha assumido compromissos para com a empresa associada ou participada, registando nesses casos uma provisão no item do passivo 'Provisões' para fazer face a essas obrigações.

- Imposto sobre o rendimento

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 25%. Ao valor de coleta de IRC assim apurado, acresce ainda derrama, e tributações autónomas sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC.

- Inventários

As mercadorias, matérias-primas subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao valor de realização, pelo que não se encontra registada qualquer perda por imparidade por depreciação de inventários.

- Clientes e outros valores a receber

As contas de "Clientes" e "Outros valores a receber" estão reconhecidas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas por imparidade, registadas na conta de "Perdas por imparidade acumuladas", por forma a que as mesmas reflitam a sua quantia recuperável.

- Caixa e depósitos bancários

Este item inclui caixa, depósitos à ordem e outros depósitos bancários. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica "Financiamentos obtidos", expresso no "passivo corrente". Os saldos em moeda estrangeira foram convertidos com base na taxa de câmbio à data de fecho.

- Provisões

A Entidade analisa com regularidade os eventos passados em situação de risco e que venham a gerar obrigações futuras. Embora com a subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos necessários para cumprimento destas obrigações futuras, a gerência procura sustentar as suas expectativa de perdas num ambiente de prudência.

- Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

- Financiamentos bancários

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados de com base na taxa de juro efetiva são registados na demonstração dos resultados em observância do regime da periodização económica.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a Empresa tenha o direito incondicional